

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil Class.: _____

Data: 14.05.84 Pg.: _____

Despejo dos brancos que não pagam aluguel ameaça a paz dos índios pataxós

Salvador — Depois de alguns meses de trégua, voltou a ficar tensa, no fim de semana, a situação de conflito que envolve fazendeiros e índios pataxós ha-ha-hães no município de Pau-Brasil, Sul da Bahia. A tensão se liga à declaração do novo presidente da Funai, Jurandir Marques da Fonseca, de que funcionários do órgão, com ajuda da Polícia Federal, começarão a retirar, a partir de hoje, os arrendatários das terras da antiga reserva indígena Caramuru-Paraguaçu, que não pagam alugueis desde 1973.

Funcionários da Funai e agentes da Polícia Federal, estes fortemente armados, guarneciam ontem a Fazenda São Lucas, onde os índios pataxós aguardam há meses a decisão final da Justiça quanto à posse de 36 mil hectares de terras da antiga reserva, hoje ocupados por fazendas de cacau e gado.

O cacique Nailton Muniz, representante de uma das facções da tribo pataxó na Fazenda São Lucas, disse ontem que "a Justiça demora na decisão e nós não podemos aceitar negociação da terra com redução da área, que é de 36 mil hectares. Na semana passada, apresentamos um documento às autoridades, em Brasília, mostrando o que estamos sofrendo aqui", disse o cacique.

Em Salvador, o secretário-geral da Associação Brasileira de Antropologia, Pedro Agostinho, classificou de "difícil" a situação dos pataxós no Sul da Bahia. O antropólogo revelou que nos últimos meses morreram muitas crianças da tribo por falta de assistência médica na Fazenda São Lucas.

O último incidente grave, envolvendo índios e fazendeiros no município de Pau-Brasil, ocorreu no final do ano passado, quando um grupo de pataxós abandonou a São Lucas e invadiu as fazendas de cacau Providência e Bom Jardim, tomando como reféns seus proprietários e familiares.

Os fazendeiros da região armaram-se e deram prazo aos índios para soltar os reféns e sair das terras, sob pena de serem expulsos à força. A intervenção do Governo, atendendo a pedido do juiz Lázaro Guimarães, impediu conseqüências mais graves.